



GÊNERO, VIOLÊNCIA E ÓDIO ONLINE

CONCEITOS E REPRESENTAÇÕES

RITA BASÍLIO DE SIMÕES

COORD.

iu

O livro *Género, violência e ódio online: conceitos e representações* mapeia um conjunto de conceitos e apresenta uma série de estudos qualitativos contextualmente situados na pandemia de Covid-19, colocando a descoberto as relações intrincadas entre as práticas de comunicação online e as experiências de abuso vividas em diferentes tipos de plataformas digitais. Sem deixar de identificar o potencial das tecnologias digitais na superação do sexismo e da violência estrutural sobre as mulheres, o volume explora evidências do ódio digital e dos comportamentos ofensivos perpetrados em ambiente online, envolvendo a imposição intencional de sofrimento substancial e perpetuando as desigualdades de género. Além de fazer avançar o conhecimento sobre uma problemática ainda pouco estudada em Portugal, o livro oferece importantes contributos para que a investigação académica seja um espaço abrangente de luta pela realização da justiça.



I N V E S T I G A Ç Ã O



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: <https://www.uc.pt/imprensa>

Vendas online: <https://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA

Lucas-Lenzi — Unsplash

INFOGRAFIA

Margarida Albino

EXECUÇÃO GRÁFICA

KDP

ISBN

978-989-26-2333-7

ISBN DIGITAL

978-989-26-2334-4

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2334-4>



Livro financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto “Violência online contra as mulheres: prevenir e combater a misoginia e a violência em contexto digital a partir da experiência da pandemia de COVID-19” (Gender Research4Covid-19-058)

GÉNERO, VIOLÊNCIA E ÓDIO ONLINE

CONCEITOS E REPRESENTAÇÕES

RITA BASÍLIO DE SIMÕES
COORD.

IIU

**TECNOLOGIAS DIGITAIS, VIOLÊNCIA E ÓDIO
ONLINE AOS OLHOS DE FIGURAS PÚBLICAS**

**DIGITAL TECHNOLOGIES, ONLINE VIOLENCE
AND HATE IN THE EYES OF PUBLIC FIGURES**

Rita Basílio de Simões

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Letras
<https://orcid.org/0000-0001-6356-6042>

Ana Jorge

Universidade Lusófona, Centro de Investigação em Comunicação Aplicada,
Cultura e Novas Tecnologias
<https://orcid.org/0000-0002-4069-6212>

Marisa Torres da Silva

Universidade Nova, Instituto de Comunicação da NOVA, Faculdade
de Ciências Sociais e Humanas
<https://orcid.org/0000-0003-1136-4232>

Juliana Alcantara

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
<https://orcid.org/0000-0002-1416-5194>

Resumo: Este artigo analisa as perceções de mulheres portuguesas com visibilidade pública do papel das tecnologias digitais na violência e no ódio *online* durante a pandemia de COVID-19. Através de vinte e uma entrevistas em profundidade, procurámos compreender o

papel do digital na violência e no ódio contra as mulheres, as consequências individuais destas práticas e o seu impacto no contexto social mais amplo. O estudo revela que as tecnologias fomentaram práticas de intimidação e humilhação, que procuravam o silenciamento e limitavam a participação das figuras públicas femininas na esfera pública. A pesquisa dá conta dos efeitos nefastos da violência e do ódio *online* na vida pessoal e profissional das entrevistadas, assim como na própria democracia, ao gerar uma espiral digital do silêncio, que reproduz e reforça hierarquias de gênero sistêmicas.

Palavras-chave: violência *online*; gênero; celebridades; COVID-19; novo materialismo feminista.

Abstract: This article analyses the perceptions of Portuguese women with public visibility of the role of digital technologies in online violence and hatred during the COVID-19 pandemic. Through twenty-one in-depth interviews, we sought to understand the role of digital in violence and hatred against women, the individual consequences of these practices and their impact on the broader social context. The study reveals that technologies have fostered practices of intimidation and humiliation aimed at silencing and limiting the participation of female public figures in the public sphere. The research reports on the harmful effects of online hate and violence on the personal and professional lives of the interviewees, as well as on democracy, by generating a digital spiral of silence, which reproduces and reinforces systemic gender hierarchies.

Keywords: online violence; gender; celebrities; COVID-19; new materialist feminism.

Introdução

À medida que as tecnologias digitais foram conquistando popularidade, também as figuras públicas encontraram novas formas de sedimentar a sua marca e interagir com as audiências nos espaços oferecidos por diferentes plataformas (Ingleton & York, 2019; Jorge, 2020). Aí, as celebridades com visibilidade anterior ou exterior ao

digital passaram a explorar novas oportunidades para estabelecer uma personalidade digital e estratégias de rentabilização da sua fama *online*, ao mesmo tempo que figuras anónimas encontraram espaços para granjear popularidade. Graças às redes sociais, a condição de celebridade passou a ser vista como um conjunto de estratégias e práticas e não como uma fronteira que separa os indivíduos (Marwick & boyd, 2011).

As tecnologias digitais também abriram novos caminhos para a representação de mulheres políticas. Estadistas ou candidatas, as figuras femininas do campo político utilizam, com frequência, diferentes plataformas como espaço para reivindicarem a sua mensagem pública e superarem os processos de marginalização, invisibilidade e estereotipia característicos dos *legacy media* (Ross et al., 2020).

Simultaneamente, os média digitais desencadearam dinâmicas disruptivas da visibilidade, em particular ao permitirem e facilitarem o ódio e o assédio em rede dirigidos a diferentes tipos de figuras públicas, especialmente a celebridades femininas. Da intolerância ligeira à misoginia, a cultura do ódio sexista tem colocado novos desafios para pensar o valor democrático da participação *online*, da economia digital e, de forma mais ampla, da sociabilidade (e.g., Amaral et al., 2022; Beleli, 2022; Boyle & Rathnayake, 2020; Ging & Siapera, 2019; Simões, 2021; Banet-Weiser & Miltner, 2016; Jane, 2016).

Na sua esmagadora maioria, as práticas ofensivas perpetradas nestes espaços envolvem a imposição intencional de sofrimento emocional por meio do discurso *online*, que nunca é um incidente isolado e que afeta desproporcionalmente as mulheres (FRA, 2014; Duggan, 2014; EIGE, 2017). São alvo as mulheres em geral, embora, com frequência, as mulheres com maior exposição pública (Lewis et al., 2016) e/ou envolvidas em causas feministas sejam especialmente afetadas (Ben-David & Matamoros-Fernández, 2016; Massanari, 2017). E são alvos tanto nos lugares mais sombrios da Internet como nas plataformas mais populares, o que mostra como o ódio dirigido a

mulheres integra o sexismo estrutural, que precisa de ser compreendido como o resultado da construção patriarcal de género (Banet-Weiser & Miltner, 2016).

Conceptualizamos, pois, estas práticas como modalidades de violência *online*, correspondentes a um leque diversificado de comportamentos genderizados e tão dinâmicos como as próprias tecnologias que os facilitam. São genderizados porque, no seu conjunto, traduzem experiências de vitimização que integram o que Kelly (1987) designou de *continuum* de violência contra as mulheres. Tal como outros estudos mostram (Amaral et al., 2022; Simões, 2021; Simões et al., 2021), esse *continuum* interliga os desempenhos *online* com os comportamentos *offline* numa rede complexa de relações desiguais de poder e de subordinação. Os ataques não são considerados tipicamente direcionados às mulheres por causa das suas ações; em vez disso, querem a sua mera existência como membro de um grupo e o que esse grupo simboliza. As suas consequências estendem-se, assim, do nível individual ao estrutural (Citron, 2014; Simões et al., 2021).

Ameaças à integridade física e de violência sexual, comentários misóginos e outras formas de discurso de ódio sexista sobre como uma celebridade feminina se parece, fala ou pensa podem afetar a sua marca e reputação (Scott et al., 2020) e perturbar a sua «celebridade alcançada» (Rojek, 2015), amiúde com grande esforço. Contudo, quando ser bem-sucedida depende da exposição pública e de métricas que tornam a influência e o *statu* «legíveis» para o público e os anunciantes (Duffy & Hund, 2019, p. 4984), os riscos de vitimização parecem inevitáveis. Sendo indissociável de algoritmos e de outras características técnicas que permitem a conectividade na esfera corporativa e com comunicação automatizada (Van Dijck, 2013), a visibilidade parece ser menos um sinónimo de empoderamento das mulheres do que de vulnerabilidade (Banet-Weiser, 2018).

Ao favorecer, ou mesmo exigir, a conectividade para realizar as mais banais práticas quotidianas, a pandemia de COVID-19 veio alterar as dinâmicas da visibilidade, com repercussões nos circuitos

do ódio *online* e nos riscos de vitimização (Barlett et al., 2021). *Offline*, exacerbou desequilíbrios de género existentes em diferentes domínios, da estabilidade económica à saúde e bem-estar, dos usos do tempo à tomada de decisão e liderança, passando pela violência relacional (Fisher & Ryan, 2021). De um modo geral, portanto, colocou novos desafios para pensar a relação entre média digitais, género e sociabilidade (Amaral et al., 2022).

Tendo como pano de fundo este circunstancialismo e, como horizonte, o projeto de investigação centrado na violência *online* contra as mulheres durante a pandemia de COVID-19 em Portugal, apresentamos, neste capítulo, uma análise das perceções das figuras públicas femininas portuguesas do papel das tecnologias digitais nas práticas violentas e no ódio *online* em contexto de crise. O estudo parte de uma abordagem que articula a fenomenologia feminista com uma nova perspetiva materialista feminista e utiliza uma metodologia qualitativa. Recorremos a vinte e uma entrevistas semiestruturadas em profundidade a figuras públicas femininas, recrutadas não por se identificarem como vítimas ou sobreviventes de violência, mas por serem utilizadoras regulares de tecnologias digitais. Analisámos as suas experiências vividas e perceções a fim de compreender, pela lente da fama e da celebridade, o papel do digital na violência contra as mulheres e no discurso misógino, as consequências individuais destas práticas e o seu impacto no contexto sociocultural mais amplo. O capítulo demonstra como as tecnologias fomentaram a conectividade em geral, enquanto favoreceram o policiamento das normas de género, através de práticas de intimidação, humilhação e desqualificação das figuras públicas femininas. Ao dar conta de que estas práticas pretendem restringir e silenciar as vozes das mulheres com visibilidade pública, o estudo coloca, ainda, em relevo não apenas os efeitos perniciosos na vida pessoal, como também as consequências da violência *online* para a democracia.

Violência contra Mulheres com Visibilidade Pública

O tema da violência contra mulheres com visibilidade pública tem sido abordado por campos como os Estudos Feministas dos Média, Estudos sobre Celebidades e Estudos de Audiências. Nos últimos dez a quinze anos, o tema tem sido progressivamente aprofundado através de abordagens teóricas e metodológicas distintas. Este corpo de pesquisa tem chamado a atenção para a forma como os espaços digitais surgem como modos de afirmação, mas também de vulnerabilização, para as mulheres (Duffy & Hund, 2019).

A visibilidade *online* das mulheres está sujeita, em geral, a um escrutínio público (Banet-Weiser, 2018) e «policiamento de identidade», que pode incluir formas de violência como «ridicularização, ódio e assédio» (Duffy & Hund, 2019). As interações podem também tomar a forma de microagressões, através de mensagens que humilham e desqualificam, ou de comentários insultuosos explícitos ou encobertos sob a forma de elogios (Isaksen & Eltantawy, 2021). Uma celebridade com presença e visibilidade através das redes sociais corre o risco de ser envergonhada publicamente por utilizadores comuns, sejam fãs ou outro tipo de seguidores (Marwick & boyd, 2011), bem como por outras celebridades (Ingleton & York, 2019).

À semelhança de outras pesquisas sobre audiências de celebridades, a pesquisa acerca dos fenómenos de humilhação de celebridades demonstra que as reações morais das audiências dependem das relações prévias mantidas quer com os perpetradores dos atos violentos quer com as vítimas (Ouvrein et al., 2018). Contudo, também parece estar demonstrado que as mulheres estão mais sujeitas a crítica do que os homens, por exemplo no YouTube (Wotanis & McMillan, 2014) ou no Instagram (Duffy & Hund, 2019). Em particular, celebridades femininas que usam as redes sociais para ir «contra os padrões da feminilidade hegemónica e beleza normativa», como a norte-americana Lena Dunham, estão particularmente expostas a discursos de ódio *online* (Ghaffari, 2022). As celebridades propriamente feministas

enfrentam formas de violência antifeministas e misoginia em rede (Marwick & Caplan, 2018), que se podem relacionar com discursos mais vastos de extrema-direita e de neonacionalismos (Lawson, 2018; Ng & Le Han, 2018).

Também as figuras femininas do campo político, para quem a visibilidade é igualmente nuclear, são alvo de violência *online* de forma desproporcional, independentemente do seu posicionamento ideológico. No Twitter, as mulheres políticas recebem, três vezes mais do que os homens, comentários depreciativos e humilhantes diretamente sobre a sua aparência física e o seu estado civil (Atalanta, 2018). Num espaço que perpetua o abuso experienciado *offline*, as figuras públicas, visíveis, empoderadas e, por isso, desafiadoras do *statu quo*, sofrem, muitas vezes, ataques anónimos como retaliação (Jane, 2017).

Para as vítimas-sobreviventes, as consequências poderão ser dramáticas, quer *online* quer *offline*. As respostas emocionais mais comuns das mulheres em geral incluem tristeza, vulnerabilidade e insegurança, angústia, dor, choque, medo e depressão (Jane, 2014). Não sendo, *grosso modo*, os incidentes entendidos como graves pela generalidade dos utilizadores, as vítimas contam com pouca empatia e, amiúde, enfrentam a atribuição de responsabilidade pela sua própria vitimização, tal como sucede tipicamente com o cyberbullying (Weber et al., 2013). No caso das celebridades que se assumem como vítimas, é ainda mais improvável que colham simpatia, visto que gerem a popularidade partilhando informações sobre a sua vida privada e conduta pessoal (Scott et al., 2020). Em consequência, poderão desativar as suas contas e abandonar as redes sociais, mesmo que temporariamente, ou passar a recorrer à autocensura (Vickery & Everbach, 2018).

A investigação sobre a «manosfera», conceito cunhado pelo Southern Poverty Law Centre (2012), coloca justamente em relevo como as figuras femininas com visibilidade que partilham experiências de violência são muitas vezes desacreditadas e demonizadas, por serem

vistas como tendo invadido o espaço público, um território reclamado como masculino (Kimmel, 2013). A «manosfera» refere-se a uma comunidade *online* predominantemente masculina, caracterizada por conexões frouxas entre diversos grupos que partilham temas comuns relacionados à masculinidade, às relações de gênero e às questões dos homens. Esses grupos têm atraído atenção devido ao modo como incitam ao ódio e à violência contra as mulheres (Ging & Siapera, 2019; Vickery & Everbach, 2018), práticas que não são dissociáveis da violência simbólica que atinge as mulheres no mundo *offline*, onde encontra as suas bases ideológicas (Ging & Siapera, 2018). Todavia, ao glorificarem em rede a violência como símbolo de masculinidade, com frequência em estreita articulação com movimentos de extrema-direita (Nicholas & Agius, 2018), reificam o patriarcado e a misoginia.

Mais ainda, a amplificação da violência cometida contra mulheres com o estatuto de celebridade agrava a tendência de as mulheres já sentirem mais o impacto de violência do que homens em ambiente não digital (Duffy & Hund, 2019). Além disso, a normalização da violência em rede contra mulheres, especialmente contra aquelas que têm visibilidade, leva, assim, a estratégias de conformação, que passam por autossilenciamento e autovigilância, como abster-se de abordar alguns temas tidos como mais sensíveis ou polêmicos (Ghaffari, 2022). Daí que a violência *online* e o ódio sexista dirigidos a candidatas políticas e representantes eleitas tenham um impacto negativo na democracia (Theocharis et al., 2016).

Estudo

Abordagem

A estratégia metodológica gizada parte de uma perspectiva fenomenológica feminista (e. g., Beauvoir, 2009 [1949]), que considera a intersubjetividade como o resultado da reciprocidade entre subjetividades construídas no contexto das múltiplas situações em que

os sujeitos se encontram, das determinações culturais à pertença de género, classe ou nacionalidade. A reivindicação fenomenológica feminista da importância das experiências vividas, incluindo dos interesses, intenções e afetos, tem permitido olhar para as identidades de género como processos que os sujeitos podem moldar, sem deixar de reconhecer a influência conformadora do contexto socio-histórico (West & Zimmerman, 1987, 2009). Combinamos a fenomenologia feminista com o novo materialismo feminista (e. g., Fox & Alldred, 2015; Van der Tuin & Dolphijn, 2010), que se afasta das visões sociais construtivistas dos corpos como expressões relativamente passivas de estruturas e ordens socioculturais para explorar os próprios corpos como processos vivos e dinâmicos que produzem possibilidades de mudança. A esta luz, as práticas mediadas pelas tecnologias podem ser vistas como profundamente produtivas e não simplesmente como expressões dos valores ideológicos incorporados nas características técnicas das plataformas e dos algoritmos, assim como no contexto sociocultural mais amplo (Lupton, 2019).

Objetivo e perguntas

O estudo pretende compreender precisamente a relação entre tecnologias digitais, género e violência *online*. Em concreto, estas foram as perguntas de investigação formuladas: que papel atribuem as figuras públicas femininas às tecnologias digitais na violência *online* contra as mulheres em contexto de crise?; e de que formas percecionam as consequências da violência *online*?

Métodos e técnicas

Na resposta a estas questões, partimos das abordagens feministas supramencionadas para construir um quadro metodológico centrado em métodos qualitativos. Usámos entrevistas semiestruturadas em

profundidade como instrumento de recolha de dados e recorreremos à análise crítica temática (Lawless & Chen, 2018) para examinar os resultados, com o apoio do *software* MaxQDA. As entrevistas incidiram sobre as experiências e percepções da violência *online* durante a pandemia de COVID-19. As questões colocadas pretenderam compreender a natureza da relação das participantes com as tecnologias digitais; indagar o papel que lhes atribuem antes e durante a pandemia; identificar modalidades de violência *online* e formas de as enfrentar; e aferir o impacto reconhecido dessas práticas.

Implementação

De outubro de 2020 a abril de 2021, conduzimos entrevistas a mulheres com visibilidade pública na paisagem mediática portuguesa, independentemente de assumirem possuir experiências de vitimização *online*, a fim de não condicionar as participantes ao papel de vítimas-sobreviventes e de verificar dimensões do reconhecimento dessas experiências e eventual normalização. Foram convidadas a participar no estudo mulheres utilizadoras regulares de tecnologias digitais e com visibilidade em diferentes tipos de média sociais, incluindo mulheres políticas, jornalistas, influenciadoras, especialistas e profissionais de saúde, atletas e ativistas. Foi originalmente definida como relevante para o estudo uma amostra de trinta figuras representativas das atividades acima descritas e com métricas de visibilidade consideradas robustas. A amostra acabou, contudo, limitada a vinte e uma participantes, já que o processo de recrutamento conheceu numerosas dificuldades, devido à indisponibilidade das mulheres contactadas que, em muitos casos, recusaram o convite logo que o receberam e, noutros, ou aceitaram num primeiro momento para logo depois o recusarem, maioritariamente justificando com constrangimentos colocados pela pandemia. A representatividade das áreas identificadas acabou, pois, por ser limitada, afetando o estudo.

Ética

Seguindo os padrões éticos institucionais, obtivemos o consentimento das entrevistadas para participar no estudo mediante o compromisso de preservar a sua identidade, a fim de encorajar a participação e evitar eventuais constrangimentos no relato de experiências vividas.

Amostra

Em termos sociodemográficos, as vinte e uma participantes tinham, à data das entrevistas, idades entre os 24 e os 70 anos; possuíam, maioritariamente, formação superior; e apresentavam-se como profissionais de ou desempenhavam atividades na área da comunicação e do jornalismo (11), no campo político, do ensino e da investigação (5), na saúde, artes e espetáculos (5). Identificá-las-emos neste artigo justamente pela sua ocupação profissional e idade. As entrevistas tiveram a duração média de uma hora e foram gravadas em áudio, transcritas e analisadas em duas etapas, de acordo com a proposta de Lawless & Chen (2018).

Análise

Numa etapa inicial, após a leitura e releitura das entrevistas, foi realizada uma análise temática de codificação aberta considerando como unidade de análise os trechos dos textos, procurando sinalizar padrões emergentes nos segmentos de dados (Braun & Clarke, 2006, p. 79). Os padrões identificados indutivamente foram, numa segunda etapa, interligados com o quadro teórico e o contexto ideológico mais amplo, assim permitindo uma compreensão crítica das experiências e perceções relatados.

Identificámos quatro temas nucleares que atravessam os discursos das participantes: a toxicidade das conexões mediadas; os circuitos da violência misógina; a vigilância e policiamento *online* das mulheres; e a espiral digital do silêncio. É sobre cada um destes temas que nos deteremos em seguida.

Resultados e Discussão

Toxicidade normalizada das conexões mediadas

Ao estimular a digitalização, a crise da pandemia de COVID-19 serviu como catalisadora para a implementação mais intensa e generalizada de aplicações digitais e interações *online*, gerando oportunidades para mitigar desigualdades digitais e indo ao encontro do entusiasmo original com as tecnologias de informação e comunicação como capazes de apoiar múltiplas causas (Vivienne, 2016). Para parte das figuras públicas que entrevistámos, essas oportunidades foram reais e promissoras. As tecnologias são olhadas como tendo desempenhado um papel fundamental para «conectar as pessoas» (psicóloga, 42 anos) e fazer «ativismo na Internet» (académica, 43 anos) nos períodos em que as ruas estavam interditas. Além disso, graças às tecnologias de comunicação digital, é também defendido, foi possível «manter a vida em sociedade razoavelmente de pé», como referiu uma das participantes (economista, 45 anos), para quem a conectividade se revelou instrumental em várias dimensões sociais, da economia às emoções e aos afetos.

O plano das interações sociais, em especial com a família e o círculo de pessoas amigas e conhecidas, foi, de resto, o mais destacado pelo grupo de entrevistadas que afirmam reconhecer a promessa libertadora das tecnologias frente aos constrangimentos impostos na sequência da crise. Tal como outros estudos demonstram (e.g., Zhong et al., 2020), o envolvimento com aplicações de média

sociais e outras plataformas durante os confinamentos permitiu aos utilizadores e às utilizadoras encontrar apoio, não apenas informativo como emocional, e esse auxílio foi determinante para superar o isolamento. Como afirmou uma participante da área da comunicação e do jornalismo:

desde que começou a pandemia que me apercebi que, se queremos ter a companhia dos nossos, é através da Internet [...], em vez de estarmos a fazer um telefonema tradicional, usamos a tecnologia que temos à mão, e que nos facilita imenso a vida, porque nos aproxima bastante. (Radialista e repórter, 43 anos)

Grosso modo, no entanto, a visão das entrevistadas, das mais céticas às mais entusiastas com o potencial das tecnologias, traz a lume a toxicidade das conexões mediadas. Esta toxicidade é, de resto, muitas vezes encarada como tão inevitável como a própria vida digital em contexto de crise. Receção de imagens não desejadas de natureza sexual, de assédio, de ameaças e de insultos misóginos, de comentários sexistas e de outras formas de discurso de ódio baseado no género são modalidades de violência enunciadas pelas entrevistadas e reconduzíveis quer ao circunstancialismo de crise quer à «arquitetura agressiva da Internet» (Harvey, 2019).

Algumas entrevistadas, particularmente as que não se identificam como vítimas ou sobreviventes de formas de violência *online*, mas como testemunhas da sua existência (Ouvrein et al., 2021), situam, com efeito, a raiz das conexões tóxicas em partes iguais nas próprias características da pandemia e nos atributos e possibilidades das tecnologias:

Acho que o facto de as pessoas estarem mais fechadas em casa, [passarem] mais tempo nas redes sociais, [...] a ver todo o conteúdo que existe nas redes sociais, não têm maneira de canalizar esse *stress*, essa energia toda. Passam o dia todo a fazer *scroll*, sempre a meter muitas imagens, muita informação na cabeça, e não têm

maneira de largar esse *stress* e essas frustrações e acabam por comentar de uma maneira mais fácil e mais gratuita nas redes sociais das outras pessoas. (Cantora, 33 anos)

O facto de estarmos distantes fisicamente fez-nos procurar uma ligação a pessoas que, eventualmente, vemos só nas redes. [Isso] criou uma despersonalização e uma desconexão e uma objetificação. (Apresentadora de televisão, 39 anos)

Um outro elemento importante no discurso destas mulheres é a visibilidade. Para algumas entrevistadas, estar presente e ser ativa nas redes sociais é uma exigência profissional (Ingleton & York, 2019; Jorge, 2020). Como afirmou uma das entrevistadas da área das artes e espetáculos:

para se fazer uma carreira longa, não só tem de se gostar das músicas do artista, como temos de sentir alguma conexão emocional com o artista. Portanto, eu não posso ser, não posso ter uma vida nas redes sociais que seja completamente estanque, eu tenho de mostrar alguma coisa de mim. (Cantora, 42 anos)

Para outras participantes, não sendo propriamente uma imposição, ser visível é uma «maneira de estar» (atriz, 26 anos), que permite participar mais ativamente no espaço público. O reverso da visibilidade é o risco de vitimização, de que muitas entrevistadas falam com normalidade.

Estar no espaço público é isso. É também não querer só receber elogios. Também se pode receber comentários menos agradáveis. (Jornalista, 53 anos)

É evidente que, na vida pública, e as mulheres na política, estão muito expostas a violência, a formas diversas de violência [...]. Faz parte. (Política, 48 anos)

O alargamento das possibilidades de as mulheres intervirem em espaços públicos, tal como o aumento da visibilidade *online* do feminismo, tornou as mulheres mais vulneráveis à atenção negativa, ao discurso de ódio sexista e à violência (Duffy & Hund, 2019). É, acima de tudo, a visibilidade e a participação digital femininas que desencadeiam a toxicidade que estas mulheres reconhecem, mas que, crucialmente, normalizam, ao inscrevê-las de forma acrítica na assunção de que ser visível é ser vulnerável.

Circuitos da Violência Misógina

Outras participantes realçam que as vulnerabilidades do mundo *offline* seguiram as mulheres para o *online* muito antes de a pandemia existir. Em geral, estas entrevistadas reconhecem que os circuitos da violência são altamente genderizados e pretendem a retaliação das mulheres que se fazem ouvir e, por isso mesmo, desafiam os papéis de género:

Sinto muito que é por causa de ser mulher, e também de ser o tema do feminismo [...]. E este tipo de comentários é masculinidade tóxica, na verdade. Por isso sim, sem dúvida que é por ser mulher e ter a ousadia de me fazer ouvir e de me impor numa sociedade patriarcal. (Criativa, 26 anos)

Estas são, também, em geral, as vozes que admitem sofrer regularmente pelo menos algumas modalidades de violência *online*. Experiências que, embora sinalizadas como abusivas, são, por vezes, minimizadas face à violência *offline*, construída como mais grave, e desculpabilizadas como comportamentos «normais» *online*, para os quais a desinibição é determinante. Tal como o *continuum* (Kelly, 1987) mais vasto de ofensas experienciadas de forma rotineira pelas mulheres em geral, também os abusos *online* sofridos por figuras públicas acabam por ser banalizados. Para se destacarem, terão de

ser percebidos como verdadeiramente extraordinários. Esses casos, afirmam algumas vítimas, são os que merecem ser denunciados junto das suas comunidades:

Há muito pouco tempo tive, pronto, praticamente desejos de morte. Não posso dizer que são ameaças de morte. Mais desejo de morte: «Que mais valia morrer»; «E quando eu morresse, depois, nunca estaria sossegada no meu túmulo» [...]. Desta vez optei por denunciar, colocando algumas dessas coisas no Facebook. (Historiadora, 70 anos)

Se vejo coisas no meu *feed* que acho que estão a propagar imagens que não são, não são saudáveis, são até de alguma violência, ou ideias, enfim, aberrantes, eu, às vezes, denuncio quando acho que é mesmo muito grave. (Economista, 46 anos)

O que distingue a violência *online* da violência *offline* é a circunstância de ocorrer em grande medida publicamente. Para as entrevistadas que realçam a natureza genderizada do fenómeno, os circuitos da violência atravessam indiscriminadamente diferentes tipos de plataformas populares sob a forma de mensagens privadas, comentários, partilhas, imagens reais ou fictícias. Mas ainda que uma parte da violência não saia da esfera da comunicação privada, os abusos manifestam-se, maioritariamente em público, são replicáveis e podem jamais desaparecer. Muitas vezes, a violência nos ecrãs significa uma dupla vitimização, já que, no «chorrilho» de comentários que os abusos visíveis desencadeiam, as vítimas encontram algum apoio, mas, sobretudo, mais ódio e, com frequência, atribuições de responsabilidade pelo sucedido. De tal modo que dar a cara por outras vítimas é também correr riscos acrescidos de ser um alvo dos *trolls*, ridicularização mais ou menos maldosa. Daí que também para as figuras públicas que se dizem alvos preferenciais de ataques misóginos *online* e outras formas de discurso de ódio, a violência tenha

passado a estar intimamente interligada com o contexto tecnológico da interação. Figuras do pequeno ecrã, mulheres jornalistas, mulheres políticas, influenciadoras reconhecem como mesmo as plataformas mais populares encorajaram a opressão estrutural baseada no género e noutras identidades com as quais o género se intersecta:

O estar em frente a um ecrã, não ver a outra pessoa como uma pessoa, a tal desumanização. Isto permite-me ser muito mais cruel do que seria na vida real ou fora das redes sociais. Não há ali a mediação humana, e a mediação humana é muito importante. (Profissional de comunicação, 49 anos)

A violência encontrou nas plataformas digitais novos modos de expressão graças às características das tecnologias (boyd, 2010), que favorecem os seus circuitos ao oferecerem condições para as hierarquias se reproduzirem. Fazem-no ao permitirem, por exemplo, o recurso ao anonimato, cujo efeito de desinibição se interliga com o ódio *online* (Woods & Ruscher, 2021); fazem-no também ao serem veículos para os abusos de natureza sexual, tais como a partilha não consentida de imagens íntimas, enquanto censuram *selfies* femininas com nudez ou outros conteúdos que evoquem uma visão masculina e sexualizada do mundo (Paasonen et al., 2019).

Vigilância e Policiamento *Online* das Mulheres

Os agentes perpetradores de violência *online* são, maioritariamente, os perfis masculinos desconhecidos, atuando em grupos organizados ou de forma individual. Outros casos relatados, vividos ou testemunhados, envolvem perpetradores conhecidos. Outros ainda envolvem perfis femininos desconhecidos, integrados em coletivos e grupos organizados, cuja ação é reconhecida como sendo ampliada pela sensação de anonimato e de impunidade oferecida pela Internet.

Uns e outros recorrem à misoginia para devolver as mulheres ao seu devido lugar no sistema patriarcal, um lugar que não é público, nem político.

Boa parte das entrevistadas considera que a natureza das mensagens partilhadas pode determinar o aumento do risco de encontrar ódio *online*. Tal como a investigação internacional sugere (e. g., Ghaffari, 2022; Marwick & Caplan, 2018), algumas das entrevistadas sustentam que a violência ocorre com maior frequência e mais intensidade quando falam de violência sexual, defendem questões feministas e agendas que desafiam o *statu quo*:

No fundo, quando visto a pele da luta feminista, estou a sujeitar-me a pessoas antifeministas e pessoas que se sentem atacadas e ameaçadas na sua hegemonia. Por isso, debatem de maneira muito agressiva. Portanto, tem tudo a ver com o ser mulher. (Psicóloga, 42 anos)

Quando falo em temas como violência sexual dentro dos meios universitários, violência no namoro, hmmm, surgem-me mensagens muito agressivas, sem filtro absolutamente algum e muito estereotipadas. (Consultora de comunicação, 36 anos)

Todavia, o simples facto de ser uma mulher a ocupar o espaço público é também, por vezes, sinalizado como suficiente para o abuso ocorrer. As características identitárias e o modo global como as mulheres se apresentam no espaço público poderão potenciar a violência experienciada ou, em alguns casos, meramente testemunhada nos discursos que atravessam diferentes tipos de plataformas digitais. As entrevistadas falam, com frequência na terceira pessoa, das consequências desta violência na vida pessoal, profissional e pública, incluindo o *stress*, a ansiedade, o isolamento, os sentimentos de insegurança, a tristeza, a perda de autoestima, de reputação, o pôr em risco a própria vida:

A situação mais grave que eu tive a esse nível [das consequências da violência *online*] foi de uma pessoa que eu não conhecia. Que percebi através das plataformas que não estava bem e que quando começamos a trocar mensagens diretas era evidente que era uma pessoa que estava com uma depressão grave e em risco de vida. (Criadora de conteúdos, 42 anos)

Há pessoas que têm crises de ansiedade por isto. Há pessoas que já se tentaram suicidar por estas razões. (Economista, 46 anos)

Espiral Digital do Silêncio

Boa parte das entrevistadas entende a violência não apenas como uma forma de vigilância, mas também de punição do comportamento das mulheres. Mais do que pô-las em perigo fisicamente, a violência tem como horizonte, nas palavras de uma das participantes, «retirar as mulheres da esfera pública», em particular as mulheres com projeção social, através de táticas de intimidação. Ainda que o efeito destas táticas não redunde na exclusão liminar da presença e das vozes femininas no espaço público, a verdade é que, para as participantes, trata-se de práticas que encorajam a autodisciplina, a autocensura e o autossilenciamento. Algumas participantes admitem também adotar formas de distanciamento de determinadas discussões ou situações para prevenir a ocorrência do fenómeno, numa clara lógica de «não alimentar os *trolls*» (Binns, 2012) que, em última instância, contribui igualmente para silenciar as vozes femininas.

opiniões e determinados tipos de texto abstenho-me de colocar nas redes sociais, porque não tenho paciência, nem energia para lidar depois com uma série de pessoas que vêm atrás disso à procura de um espaço para guerrear. (Jornalista, 48 anos)

Denunciar os ataques no mesmo espaço onde ocorreram ou, junto das plataformas, bloquear perfis, abandonar, ainda que temporariamente, plataformas digitais são outras estratégias utilizadas ou observadas de forma regular pelas entrevistadas para lidar com os abusos.

Algumas participantes afirmam, igualmente, procurar enfrentar certo tipo de abusos rebatendo ou problematizando o que é dito. Neste caso, outro desafio que se lhes coloca é o da gestão do tempo. A «tempocracia», como Mortensen (2018) a designa, está nas mãos dos que têm mais paciência e condições para dedicar a silenciar os seus oponentes, condições que, para as mulheres, foram sempre muito críticas. Tal como afirma uma entrevistada do campo político:

Perder tempo a bloquear pessoas, porque, às vezes, lá está, eu às vezes não respondo, mas às vezes tenho de responder, ou porque são coisas que têm mesmo de ser esclarecidas, ou porque são coisas, são mentiras que vêm de pessoas, que não podem passar, ou insultos, ou o que seja, ou perseguições [...]. Mas, o tempo que eu perco com isto, não é? Estar a perder tempo! Estar a perder tempo! (Política, 35 anos)

Só de forma residual as reações às experiências de violência passam pelo recurso às forças de segurança, cujo papel, quando considerado, parece estar situado longe de poder responder cabalmente ao tipo de comportamentos em causa. Em Portugal (Amaral et al., 2022; Simões et al., 2022), como no Brasil (Sousa et al., 2019), o quadro regulatório da resposta institucional, incluindo legal, à violência e ódio *online* contra as mulheres é recente e limitado. Mesmo quando existentes, os mecanismos formais dirigidos à violência de género (Simões, 2016) podem encontrar barreiras no modo como são aplicados, que o sexismo estrutural ajuda a compreender. Por essa razão, sem negligenciar o lugar dos instrumentos formais, com o direito penal à cabeça, a investigação feminista tem colocado em relevo a necessidade de reforçar a consciencialização para a

persistência das desigualdades de género e para o papel do feminismo na sua superação (Bosch & Gil-Juarez, 2021).

Conclusão

As perceções de mulheres portuguesas com visibilidade pública sobre a violência *online* de género durante a pandemia revelam as dimensões pessoais e sociais em que o fenómeno é experienciado. Face a uma intensificação generalizada da conectividade durante os períodos de confinamento e de distanciamento físico impostos pelo combate à pandemia, as mulheres com visibilidade pública prévia à pandemia assistiram com alguma ambivalência às possibilidades que as tecnologias trouxeram para a manutenção do contacto social e a um ambiente de agressão generalizada, em parte devido ao próprio isolamento atípico, em parte devido à invisibilidade proporcionada pelas plataformas digitais. Normalizam, em especial, as agressões de que são vítimas as mulheres com visibilidade pública; tal como sucede *offline*, as microagressões *online* são, muitas vezes, normalizadas, ainda que reconhecidas como um fenómeno nefasto. A violência contra figuras públicas femininas, em espaços mais ou menos abertos no digital, pretende a sua humilhação e desqualificação perante as audiências mais vastas, ou a sua intimidação e afrontamento diretos. Esta violência espelha um ressentimento misógino contra mulheres em geral, contra mulheres com visibilidade ou assumidamente feministas, que é aceite por vítimas e testemunhas face à sua perceção de ausência de respostas concertadas. No plano pessoal, as entrevistadas revelam o trabalho afetivo que são compelidas a desempenhar, para lidar com as múltiplas formas de violência de que foram vítimas e/ou testemunhas, o «tempo e energia» necessários para expor (por exemplo, partilhando com as suas comunidades agressões que recebem em mensagens privadas) e, quando aplicável, rebater alguns dos argumentos com que são confrontadas.

A circunstância de se pensar a violência misógina atribuindo relevo significativo às tecnologias poderá, em todo o caso, ser vista como uma forma de desconsiderar a natureza estruturadora da misoginia. Banet-Weiser e Miltner (2016) defendem que muitas explicações para a ocorrência da violência *online* acabam por desviar a atenção dos fatores contextuais e culturais que legitimam a misoginia, contribuindo para a sua naturalização. Uma vez que as plataformas digitais passaram a ocupar o centro das práticas sociais quotidianas, particularmente durante a crise da pandemia de COVID-19, o desafio de considerar o seu papel na reprodução da misoginia parece, em todo o caso, inultrapassável. Até porque as tecnologias incorporam relações sociais e políticas, muitas vezes aumentando o fardo dos grupos mais vulneráveis. Isto sucede, parece-nos, pois, de um modo geral, as políticas regulatórias, os algoritmos, os modelos de negócio, as decisões sobre quem pode participar, o que pode ser dito, para quem e com que efeito são, acima de tudo, modos pelos quais as plataformas influenciam como interagimos nos espaços digitais.

Além de realçar o papel das tecnologias digitais na reprodução de formas de violência altamente genderizadas, o estudo dá também conta de que as práticas violentas pretendem restringir e silenciar as vozes das mulheres com visibilidade pública. Ao fazê-lo, coloca em relevo não apenas os efeitos perniciosos na vida pessoal de vítimas e testemunhas, como também ao nível da democracia. Este efeito na remoção deliberada de vozes e de discursos das plataformas digitais – aquilo a que chamámos de espiral digital do silêncio – tem, em última instância, um papel importante na reprodução de hierarquias de género sistémicas.

A partir de uma perspetiva foucaultiana (1977), foi o desenvolvimento de práticas rotinizadas de poder e controlo, tais como a vigilância em permanência e a sanção normalizadora, que ofereceu as forças motrizes para o sucesso da autodisciplina nas sociedades contemporâneas (Simões, 2016, p. 247). Por essa razão, para o feminismo, «não há forma de vigilância que seja inocente» (Nakamura,

2015, p. 221). Todas as tecnologias de vigilância querem regular, definir e controlar. Deste ponto de vista, ao facilitar o escrutínio e o policiamento do comportamento das mulheres, a violência e o discurso de ódio sexista tem efeitos de conformação social.

Este estudo obteve um relato inédito sobre a forma como mulheres portuguesas com visibilidade pública percecionam e experienciam abusos e ódio nas suas interações *online*. Baseado em investigação qualitativa, que melhor pode servir uma abordagem feminista, como a que adotámos, o seu alcance é limitado, em razão da diversidade contingente dos perfis das participantes e da dimensão reduzida da amostra; mas, ainda assim, profundo relativamente à compreensão que oferece das experiências de violência vividas, testemunhadas e percecionadas pelas vinte e uma mulheres que entrevistámos. Para futuras pesquisas, seria relevante replicar a estratégia que construímos numa amostra maior e mais diversificada, assim como envolver figuras públicas masculinas, para um entendimento mais profundo das formas genderizadas da violência *online*, particularmente em contexto pós-pandémico.

Referências Bibliográficas

- Amaral, I., Basílio-Simões, R., & Poleac, G. (2022). Technology gap and other tensions in social support and legal procedures: Stakeholders' perceptions of online violence against women during the Covid-19 pandemic. *El Profesional de la información*, 31(4). <https://doi.org/10.3145/epi.2022.jul.13>
- Atalanta (2018). *(Anti)Social Media: The benefits and pitfalls of digital for female politicians*. <https://www.atalanta.co/news-insights/antisocial-media-the-benefits-and-pitfalls-of-digital-for-female-politicians/>
- Banet-Weiser, S. (2018). *Empowered: Popular Feminism and Popular Misogyny*. Duke University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv11316rx>
- Banet-Weiser, S., & Miltner, K. (2016). #MasculinitySoFragile: culture, structure, and networked misogyny. *Feminist Media Studies*, 16(1), 171-174. <https://doi.org/10.1080/14680777.2016.1120490>
- Barlett, C., Simmers, M., Roth, B., & Gentile, D. (2021). Comparing cyberbullying prevalence and process before and during the COVID-19 pandemic. *The Journal of Social Psychology*, 161(4), 408-418. <https://doi.org/10.1080/00224545.2021.1918619>
- Beauvoir, S. (2009 [1949]). *O Segundo Sexo*. Nova Fronteira.

- Beleli, I. (2022). Antifeminismos: os efeitos dos discursos de ódio. *Sexualidad, Salud Y Sociedad*, 38, e22311. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2022.38.e22311.a>
- Ben-David, A., & Matamoros-Fernández, A. (2016). Hate Speech and Covert Discrimination on Social Media: Monitoring the Facebook Pages of Extreme-Right Political Parties in Spain. *International Journal of Communication*, 10, 27. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/3697>
- Binns, A. (2012). DON'T FEED THE TROLLS!: Managing troublemakers in magazines' online communities. *Journalism Practice*, 6(4), 547-562. <https://doi.org/10.1080/17512786.2011.648988>
- Bosch, N., & Gil-Juarez, A. (2021). Uma abordagem situada das violências machistas on-line e formas de combatê-las. *Revista Estudos Feministas*, 29(3), e74 588. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n374588>
- boyd, danah. (2010). Social Network Sites as Networked Publics: Affordances, Dynamics, and Implications. In Z. Papacharissi (Ed.), *A Networked Self: Identity, Community, and Culture on Social Network Sites* (pp. 47-66). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203876527>
- Boyle, K., & Rathnayake, C. (2020). #HimToo and the networking of misogyny in the age of #MeToo. *Feminist Media Studies*, 20(8), 1259-1277. <https://doi.org/10.1080/14680777.2019.1661868>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Citron, D. (2014). *Hate Crimes in Cyberspace*. Harvard University Press.
- Duffy, B., & Hund, E. (2019). Gendered Visibility on Social Media: Navigating Instagram's Authenticity Bind. *International Journal of Communication*, 13(0), 4983-5002. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/11729>
- Duggan, M. (2014). *Online harassment*. Pew Research Center. <http://www.pewinternet.org/2014/10/22/online-harassment>
- EIGE (2017). *Cyber violence against women and girls*. <https://eige.europa.eu/publications/cyber-violence-against-women-and-girls>
- Fisher, A., & Ryan, M. (2021). Gender inequalities during COVID-19. *Group Processes & Intergroup Relations*, 24(2), 237-245. <https://doi.org/10.1177/1368430220984248>
- Foucault, M. (1977). *Discipline and Punishment*. Pantheon.
- Fox, N., & Alldred, P. (2015). New materialist social inquiry: Designs, methods and the research-assemblage. *International Journal of Social Research Methodology*, 18(4), 399-414. <https://doi.org/10.1080/13645579.2014.921458>
- FRA. (2014). *Violence against women: an EU-wide survey*. European Union Agency for Fundamental Rights. https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2014-vaw-survey-main-results-apr14_en.pdf
- Ghaffari, S. (2022). Discourses of celebrities on Instagram: Digital femininity, self-representation and hate speech. *Critical Discourse Studies*, 19(2), 161-178. <https://doi.org/10.1080/17405904.2020.1839923>
- Ging, D., & Siapera, E. (2019). *Gender Hate Online: Understanding the New Anti-Feminism*. Palgrave MacMillan. <https://doi.org/10.1080/14680777.2021.1935040>
- Ging, D., & Siapera, E. (2018). Special issue on online misogyny. *Feminist Media Studies*, 18(4), 515-524. <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1447345>

- Harvey, A. (2019, 24 de maio). Tits or GTFO: The Aggressive Architecture of the Internet. *Flow*. <https://www.flowjournal.org/2019/05/tits-or-gtfo-the-aggressive-architecture-of-the-internet-alison-harvey-university-of-leicester/>
- Ingleton, P., & York, L. (2019). From Clooney to Kardashian: Reluctant celebrity and social media. *Celebrity Studies*, 10(3), 364-379. <https://doi.org/10.1080/19392397.2019.1630152>
- Isaksen, J., & Eltantawy, N. (2021). What happens when a celebrity feminist slings microaggressive shade?: Twitter and the pushback against neoliberal feminism. *Celebrity Studies*, 12(4), 549-564. <https://doi.org/10.1080/19392397.2019.1678229>
- Jane, E. (2017). *Misogyny online: A short (and brutish) history*. Sage. <https://doi.org/10.4135/9781473916029>
- Jane, E. (2016). Online misogyny and feminist digilantism. *Continuum*, 30(3), 284-297. <https://doi.org/10.1080/10304312.2016.1166560>
- Jane, E. (2014). «Back to the kitchen, cunt»: Speaking the unspeakable about online misogyny. *Continuum*, 28(4), 558-570. <https://doi.org/10.1080/10304312.2014.924479>
- Jorge, A. (2020). Celebrity bloggers and vloggers. In K. Ross, I. Bachman, V. Cardo, S. Moorti, & M. Scarcelli (Eds.), *The International Encyclopedia of Gender, Media, and Communication*. Wiley. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/9781119429128.iegmc004>
- Kelly, L. (1987). The Continuum of Sexual Violence. In J. Hanmer, e M. Maynard (Eds.), *Women, Violence and Social Control. Explorations in Sociology* (pp. 46-60). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-1-349-18592-4_4
- Kimmel, M. (2013). *Angry White Men: American Masculinity at the End of an Era*. Nation Books.
- Lawless, B., & Chen, Y. W. (2018). Developing a Method of Critical Thematic Analysis for Qualitative Communication Inquiry. *Howard Journal of Communications*, 30(1), 92-106. <https://doi.org/10.1080/10646175.2018.1439423>
- Lawson, C. (2018). Platform vulnerabilities: Harassment and misogynoir in the digital attack on Leslie Jones. *Information, Communication & Society*, 21(6), 818-833. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2018.1437203>
- Lewis, R., Rowe, M., & Wiper, C. (2016). Online Abuse of Feminists as An Emerging form of Violence Against Women and Girls. *British Journal of Criminology*, 57(6), 1462-1481. <https://doi.org/10.1093/bjc/azw073>
- Lupton, D. (2019). Toward a More-Than-Human Analysis of Digital Health: Inspirations From Feminist New Materialism. *Qualitative Health Research*, 29(14), 1998-2009. <https://doi.org/10.1177/1049732319833368>
- Marwick, A., & boyd, danah. (2011). To See and Be Seen: Celebrity Practice on Twitter. *Convergence*, 17(2), 139-158. <https://doi.org/10.1177/1354856510394539>
- Marwick, A., & Caplan, R. (2018). Drinking male tears: Language, the manosphere, and networked harassment. *Feminist Media Studies*, 18(4), 543-559. <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1450568>
- Massanari, A. (2017). #Gamergate and The Fappening: How Reddit's algorithm, governance, and culture support toxic technocultures. *New Media & Society*, 19(3), 329-346. <https://doi.org/10.1177/1461444815608807>
- Mortensen, T. (2018). Anger, Fear, and Games: The Long Event of #GamerGate. *Games and Culture*, 13(8), 787-806. <https://doi.org/10.1177/1555412016640408>

- Nakamura, L. (2015). Afterword Blaming, Shaming, and the Feminization of Social Media. In R. Dubrofsky, & S. Magnet (Eds.), *Feminist Surveillance Studies* (pp. 221-228). Duke University Press. <https://doi.org/10.1515/9780822375463-015>
- Ng, J., & Le Han, E. (2018). Slogans and Slurs, Misogyny and Nationalism: A Case Study of Anti-Japanese Sentiment by Chinese Netizens in Contentious Social Media Comments. *International Journal of Communication*, 12, 1988-2009. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/5284/2343>
- Nichols, L., & Agius, C. (2018). *The Persistence of Global Masculinism: Discourse, Gender and Neo-Colonial Re-articulations of violence*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-68360-7>
- Ouvrein, G., Hallam, L., Backer, C., & Vandebosch, H. (2021). Bashed at first sight: The experiences and coping strategies of reality-TV stars confronted with celebrity bashing. *Celebrity Studies*, 12(3), 389-406. <https://doi.org/10.1080/19392397.2019.1637269>
- Ouvrein, G., Pabian, S., Machimbarrena, J., Backer, C., & Vandebosch, H. (2018). Online Celebrity Bashing: Wrecking Ball or Good for You? Adolescent Girls' Attitudes Toward the Media and Public Bashing of Miley Cyrus and Selena Gomez. *Communication Research Reports*, 35(3), 261-271. <https://doi.org/10.1080/08824096.2018.1467833>
- Paasonen, S., Jarrett, K., & Light, B. (2019). *#NSFW: Sex, humor, and risk in social media*. MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/10916.001.0001>
- Rojek, C. (2015). Frontierism: «The Frontier Thesis», affect, and the category of achieved celebrity. In P. Marshall, & S. Redmond (Eds.), *A Companion to Celebrity* (pp. 355-370). John Wiley & Sons Inc. <https://doi.org/10.1002/9781118475089>
- Ross, K., Jansen, M., & Bürger, T. (2020). The media world versus the real world of women and political representation: Questioning differences and struggling for answers. In M. Djerf-Pierre, & M. Edström (Eds.), *Comparing Gender and Media Equality across the Globe: A cross-national study of the qualities, causes, and consequences of gender equality in and through the news media* (pp. 233-257), Nordicom. <https://doi.org/10.48335/9789188855329>
- Scott, G., Brodie, Z., Wilson, M., Ivory, L., Hand, C. J., & Sereno, S. (2020). Celebrity abuse on Twitter: The impact of tweet valence, volume of abuse, and dark triad personality factors on victim blaming and perceptions of severity. *Computers in Human Behavior*, 103, 109-119. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2019.09.020>
- Simões, R. (2021). Do trauma pessoal ao silenciamento público: implicações do assédio a mulheres jornalistas nos comentários online. In J. Correia, & I. Amaral (Orgs.), *Inovação e crise no jornalismo: temas emergentes de pesquisa* (pp. 216-234). Labcom.
- Simões, R. (2016). *Crime, Castigo e Gênero nas Sociedades Mediatizadas: Políticas de (In)justiça no Discurso dos Media*. Media XXI.
- Simões, R., Amaral, I., e Santos, S. (2021). The new feminist frontier on community-based learning: popular feminism, online misogyny, and toxic masculinities. *European Journalism for Research on the Education and Learning of Adults*, 12(2), 165-177. <https://doi.org/10.3384/rela.2000-7426.3359>
- Simões, R., Amaral, I., Santos, S., & Alcantara, J. (2022). Violência Online Contra as Mulheres: Relatos a Partir da Experiência da Pandemia de COVID-19. *Comunicação e Sociedade*, 42, 179-203. [https://doi.org/10.17231/comsoc.42\(2022\).3981](https://doi.org/10.17231/comsoc.42(2022).3981)
- Sousa, J., Scheidweiler, G., Montenegro, L., & Geraldês, E. (2019). O ambiente regulatório brasileiro de enfrentamento à violência online de gênero. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 16(30), 240-249. <https://doi.org/10.55738/alaic.v16i30.530>

- Southern Poverty Law Center. (2018). *Male Supremacy: The Manosphere and the Alt-Right*. <https://www.splcenter.org>
- Theocharis, Y., Barberá, P., Fazekas, Z., Popa, S., & Parnet, O. (2016). A Bad Workman Blames His Tweets: The Consequences of Citizens' Uncivil Twitter Use When Interacting With Party Candidates: Incivility in Interactions With Candidates on Twitter. *Journal of Communication*, 66(6), 1007-1031. <https://doi.org/10.1111/jcom.12259>
- Van der Tuin, I., & Dolphijn, R. (2010). The Transversality of New Materialism. *Women: A Cultural Review*, 21(2), 153-171. <https://doi.org/10.1080/09574042.2010.488377>
- Van Dijck, J. (2013). *The Culture of Connectivity: a critical history of social media*. Oxford University Press.
- Vickery, J., & Everbach, T. (2018). *Mediating Misogyny: Gender, Technology, and Harassment*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-72917-6>
- Vivienne, S. (2016). *Digital Identity and Everyday Activism: Sharing Private Stories with Networked Publics*. Palgrave MacMillan. <https://doi.org/10.1057/9781137500748>
- Weber, M., Ziegele, M., & Schnauber, A. (2013). Blaming the Victim: The Effects of Extraversion and Information Disclosure on Guilt Attributions in Cyberbullying. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 16(4), 254-259. <https://doi.org/10.1089/cyber.2012.0328>
- West, C., & Zimmerman, D. (2009). Accounting for Doing Gender. *Gender & Society*, 23(1), 112-122. <https://doi.org/10.1177/0891243208326529>
- West, C., & Zimmerman, D. (1987). Doing Gender. *Gender & Society*, 1(2), 125-151. <https://doi.org/10.1080/19378620902721322>
- Woods, F., & Ruscher, J. (2021). Viral sticks, virtual stones: addressing anonymous hate speech online. *Patterns of Prejudice*, 55(3), 265-289. <https://doi.org/10.1080/0031322X.2021.1968586>
- Wotanis, L., & McMillan, L. (2014). Performing Gender on YouTube. *Feminist Media Studies*, 14(6), 912-928. <https://doi.org/10.1080/14680777.2014.882373>
- Zhong, B., Huang, Y., & Liu, Q. (2020). Mental health toll from the coronavirus: Social media usage reveals Wuhan residents' depression and secondary trauma in the COVID-19 outbreak. *Computers in Human Behavior*, 114, 106 524. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2020.106524>